

# Bancos credores do Brasil vão pedir volta ao FMI

**Roberto Garcia**  
Correspondente

Washington — Quando membros da equipe econômica brasileira chegarem a Nova Iorque nesta semana para discutir o reescalamento da dívida externa com os principais bancos credores do país, um acordo com o FMI voltará à pauta das negociações, afirmam altos funcionários desses bancos. “Três meses atrás não exigiríamos um acordo. Achávamos que o governo tinha a autodisciplina para dispensar supervisão externa. Mas parece que o governo está abdicando de suas responsabilidades e nesse caso a solução é chamar o FMI de volta”, disse um banqueiro nova-iorquino que participará das negociações com o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central.

A inversão repentina do quadro brasileiro nas últimas semanas surpreende até mesmo os banqueiros conhecidos por sua posição geralmente simpática em relação ao país. Eles não entendem por que, diante dos sinais crescentes de deterioração econômica e da perda de credibilidade do governo, nenhuma iniciativa foi tomada até agora pelo Presidente da República para restabelecer o controle da situação. “Se eles não querem ou não podem gerir responsabilmente o país, alguém tem que fazê-lo. Para isso o FMI foi inventado”, disse o presidente de um grande banco com sede em Nova Iorque que falou ao JORNAL DO BRASIL com a condição de que seu nome não fosse revelado.

Outra razão importante para a exigência de um acordo com o FMI é o desejo brasileiro de novos empréstimos por parte de seus credores privados estrangeiros. “Se quisessem apenas reescalonar a dívida antiga o Brasil ainda teria uma possibilidade remota de consegui-lo sem o FMI, mas Brasília está exalando um forte cheiro de mal administração e há fortes sinais de desagregação da equipe muito confiável montada em fins de 1985. Nessas circunstâncias as centenas de bancos que precisariam participar de um novo pacote de financiamento necessita de garantias de que um programa econômico será executado responsabilmente. A disciplina forçada pela supervisão do FMI proporciona essa garantia”, disse o vice-presidente executivo de outro banco americano.

Os doze membros do comitê-assessor, que representa os credores estrangeiros do Brasil, prevêem negociações difíceis. Embora o governo Sarney tenha muito menos trunfos econômicos em suas mãos, está brandindo uma arma de potência desconhecida e não testada — a maior base de apoio político propiciada pela sua vitória eleitoral em novembro passado. Com essa arma e o argumento de que fez muitos ajustamentos nos últimos anos, os bancos esperam que o ministro Dilson Funaro reivindique uma redução nos pagamentos da dívida.

Nos últimos meses, porta-vozes brasileiros têm insinuado seu desejo de termos melhores que os conseguidos pelo México no ano passado, que foram os mais favoráveis já dados pelos bancos a qualquer grande devedor.

O México conseguiu 6 bilhões de dólares de dinheiro novo, a metade dos quais garantida pelo Banco Mundial, com um prazo de 12 anos e juros de apenas 13/16 por cento acima da taxa interbancária em Londres. O México também conseguiu reescalonar 44 bilhões de sua dívida por um prazo de vinte anos, às mesmas taxas, devendo pagar apenas juros e não o principal da dívida pelos primeiros sete anos desse prazo. Se a taxa de crescimento econômico do país cair abaixo de 3%, os bancos fornecerão outros 500 milhões de dólares, a metade dos quais garantidos pelo Banco Mundial. Além disso, se os preços do petróleo caírem os bancos darão mais 1,2 bilhão de dólares.

Até alguns meses atrás, banqueiros americanos afirmavam que se quisesse normalizar seu relacionamento com os mercados financeiros internacionais o Brasil não deveria pedir condições semelhantes às do México. Eles argumentavam que termos generosos podem ser concedidos a países inviáveis mas que ao ficar assim caracterizados ninguém investe nesses países. Tendo em vista suas taxas saudáveis de crescimento, o Brasil não precisaria de concessões especiais, diziam os banqueiros.

Membros da equipe econômica brasileira contra-argumentavam dizendo que se não receber melhores termos para pagar sua dívida o Brasil não teria qualquer estímulo para continuar a fazer os difíceis ajustamentos.

Se, agora, a situação brasileira não é invi-

vel, pelo menos está muito mais vulnerável, em vez de um superávit de balanço de pagamentos superior a um bilhão de dólares previsto inicialmente, o Banco Central projeta um déficit de 2,8 bilhões em 1986. Alguns bancos estrangeiros consideram que mesmo essa última cifra é muito otimista. Na balança comercial, as cifras foram igualmente decepcionantes em 1986, pelo menos 3 bilhões de dólares abaixo das projeções feitas no início do ano passado. Analistas dos credores estão especialmente preocupados com a inflação e seus efeitos sobre o resto da economia. A insegurança quanto à inflação foi provocada pelo que eles consideram inexplicável liberalidade do próprio presidente brasileiro. Segundo um alto funcionário do Citibank, “o presidente Sarney pode acordar numa manhã qualquer achando novamente que virou Papai Noel e começar a distribuir presentes à custa do Fisco, semelhantes aos que deu aos militares e funcionários públicos outro dia. Aí todos os sacrifícios dos últimos anos estarão perdidos”.

O presidente do comitê assessor de bancos, William Rhodes, afirma que os termos concedidos ao México não devem ser considerados como um precedente que possa ser reivindicado automaticamente por outros países. Lembra, por exemplo, que desde setembro, tanto a Nigéria quanto o Marrocos tentaram consegui-los, sem qualquer sucesso. Mas Alan Stoga, especialista em dívida da empresa de consultoria Kissinger and Associates (do ex-secretário de Estado), diz que “grandes concessões tendem a se generalizar. Outro espe-

cialista respeitado na área da dívida latino-americana, Pedro-Pablo Kuczynski, diretor da First Boston Corporation, diz que “desde que os bancos concordaram em dar termos tão favoráveis ao México ficaram expostos a exigências semelhantes dos outros grandes devedores que dificilmente serão resistidas”. Ele acrescenta que “os brasileiros seriam bobos se aceitassem um acordo menos generoso que o do México”. O argumento de que dois países africanos não conseguiram esses termos não seria relevante pelo simples fato de que aquelas nações não estão na mesma classe do México e do Brasil.

Vários banqueiros dizem estar conscientes de que sua resposta inicial às reivindicações que serão trazidas por Dilson Funaro e Fernão Bracher nesta semana será importante para mantê-los no poder ou induzir uma mudança da equipe econômica. “Essa é uma posição incômoda para os dois lados. Mas não vamos atuar contra nossos interesses para preservar ou derrubar ministérios”, disse um desses banqueiros. Ele manifestou a esperança de que “todos reconheçam que não fomos nós os que adiamos tanto os ajustamentos no Plano Cruzado a tal ponto que o país ficou mais vulnerável externamente”. Um outro banqueiro, contudo, lembrou que “trocas frequentes de equipes dão uma impressão de que o governo não sabe o que quer”. Afirmou que “credores e investidores externos querem a mesma coisa que os próprios brasileiros precisam — “equipes e políticas estáveis, que permitam um mínimo de previsibilidade”.